

Orçamento unificado combaterá a inflação

"Pouca gente se deu conta de que o Congresso brasileiro aprovou um dos mais avançados orçamentos públicos da República, o primeiro da história do Brasil, casado com um programa de Governo e que será um dos instrumentos mais eficazes no combate ao déficit público e à inflação", garantiu um parlamentar mineiro, que pediu o anonimato.

Ele se referiu ao orçamento unificado, que prevê todas as despesas correntes do Governo, e que engloba os antigos orçamentos geral da União, monetários, dos fundos e de dispêndios com as estatais, enviado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan) e aprovado pelo Congresso Nacional.

Ao apresentar o orçamento unificado aos parlamentares, o ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, discorreu sobre as vantagens que o novo modelo orçamentário traz para as finanças do País. Ele comparou o orçamento anterior a uma família que tivesse uma conta bancária conjunta, e cada membro dessa família possuísse um talão de cheques. E onde cada um dava cheques sem consultar o saldo. Ao final de algum tempo, exemplifica o ministro, ninguém mais se daria conta do buraco existente nesse banco. Isso é o que ocorria com o Tesouro, onde todos procuravam socorro na hora da aflição financeira.

Rombo

Com isso, explicou, gerou-se o rombo do déficit público, que atingiu o patamar de 6,5 do Produto Interno Bruto brasileiro. A unificação do orçamento veio corrigir estas distorções, gerando um ato de democracia política, frisou Aníbal Teixeira. Ele destacou ainda, a importância da aprovação do orçamento unificado pelo Congresso Nacional, que a seu ver, o coloca como co-responsável pela execução do orçamento financeiro do País.

O ministro argumentou que "é no Congresso que se trava, ou se estimula, a luta em defesa dessa ou daquela atividade". "Não adiantam 500 discursos sobre creches, se não existir recursos no orçamento para se fazer as creches", exemplificou.

Na opinião do ministro do Planejamento, "é necessário também que a comunidade tome conhecimento do esforço que se faz para combater o déficit público e a inflação, por meio do orçamento unificado, ora aprovado pelo Congresso Nacional, tornando-se partícipe dessa luta que é de todos os brasileiros".

Destinação

O ministro Aníbal Teixeira, explicou a destinação dos Cz\$ 7,641 trilhões do Orçamento, aprovado pelo Congresso brasileiro: Cz\$ 4,667 trilhões são do Orçamento Geral da União; Cz\$ 1,669 bilhão do Orçamento Monetário; Cz\$ 1,095 trilhão, do Orçamento dos Fundos; e Cz\$ 1,879 trilhão do Orçamento Financeiro.

Segundo o ministro, é no Orçamento Geral da União onde estão embutidos os dispêndios feitos com as estatais, com as remessas aos Estados e Municípios, com o pagamento da máquina administrativa e com o financiamento da rolagem da dívida externa. Dentro

desse orçamento, o maior em volume de recursos, estão embutidos cinco grandes grupos de despesas correntes do Governo.

O primeiro é representado pela folha de pagamento dos funcionários públicos, que atingem 16% do total, ou seja Cz\$ 714 bilhões; o segundo grupo, que consome 18% dos recursos, são os repasses para os Estados e Municípios; a Dívida Mobiliária, que representa 8% do Orçamento da União, conta com recursos apenas para a rolagem da dívida; vindo depois o Orçamento Monetário, ou de crédito, com 17%. Anteriormente, ele cobria as despesas com o financiamento da safra agrícola e as operações de crédito com cobertura no orçamento. Do total, 25% é representado pelo Orçamento Geral da União.

Ele cobre as despesas de operação do Estado, com recursos destinados ao ensino, Exército, saúde, programas sociais, etc. Para o ministro do Planejamento, "nos países mais maduros, mesmo naqueles que não têm democracia, o problema da destinação dos recursos públicos, é que marca realmente as próprias posições doutrinárias, ideológicas. O orçamento é uma peça fundamental de política.

Unificação

O ministro descarta, em particular, o aspecto positivo do orçamento unificado, casado com o Programa de Ação Governamental (PAG), que prevê os gastos definidos para aplicação durante o presente exercício. Em sua execução, foi prevista inflação da ordem de 120% para o ano em curso, o que os técnicos da Seplan

acreditam estar dentro da realidade econômica vivida pelo País.

Quanto à participação do Legislativo no exame do orçamento unificado, o ministro do Planejamento acredita que o País deu um grande passo no sentido de controlar os gastos públicos e conter o déficit. "Este é o primeiro ano em que o Governo tem em mãos uma ferramenta efetivamente séria para conter o déficit público", disse. Ele garantiu que "quem fizer despesas fora do orçamento, terá que se haver com o Tribunal de Contas da União. Com isso, o Banco Central não pode mais emitir letras ao bel-prazer, não se pode emitir dinheiro, não se pode fazer mais nada fora do estabelecido, porque tudo está amarrado ao orçamento. O Orçamento unificado consolida os grandes instrumentos de luta contra o déficit público, este fantasma que atormenta a todos".

Fatos novos

Prevendo a ocorrência de fatos novos, como uma seca ou inundação não previstas, o orçamento único destinou uma cota de 4% como reserva de contingência, para fazer frente a estes fatores não contabilizados por antecipação. Ele representa Cz\$ 191 bilhões do orçamento deste ano.

Da proposta inicial do orçamento enviada ao Congresso Nacional, segundo o ministro Aníbal Teixeira, foram eliminados alguns programas e outros foram enfatizados, em função de uma pesquisa feita junto aos parlamentares. Foram eliminados o tiquete do pão e o programa destinado à alimentação das populações carentes residentes em regiões pobres.

Arquivo-30/09/87



Aníbal Teixeira: «Orçamento único controlará déficit»